

# **REFLEXÃO SOBRE MUDANÇAS RECENTES NA ECONOMIA MUNDIAL E BRASILEIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS EM DETERMINADAS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

*REFLECTION ON RECENT CHANGES IN THE WORLD AND BRAZILIAN ECONOMY AND THEIR DEVELOPMENTS IN CERTAIN DIMENSIONS OF REGIONAL DEVELOPMENT*

Hélio BRAGA FILHO  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
hb@facef.br

Silvio CARVALHO NETO  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
silvio@facef.br

Daniel Facciolo PIRES  
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF  
daniel@facef.br

---

Aprovado em 12/2024

## ***Resumo***

O presente artigo tem como objetivo realizar uma reflexão a respeito de mudanças que ocorreram na economia mundial e na brasileira, e os seus respectivos desdobramentos em determinadas dimensões do desenvolvimento. Tem ainda a intenção de abordar a questão do desenvolvimento regional e os aspectos da pós-graduação no país que trata sobre o tema. O método de elaboração do artigo ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica acompanhada da inclusão de alguns selecionados indicadores relacionados à pós-graduação no país. Os resultados mostram considerações sobre as mudanças e os nexos causais com o desenvolvimento brasileiro, com destaque para as alterações estruturais de natureza econômica, social, política, ambiental enquanto resposta aos movimentos da economia global.

Palavras-chave: Economia Mundial; Economia Brasileira, Desenvolvimento Regional

## Abstract

*This article aims to reflect on the changes that have occurred in the world and Brazilian economies, and their respective consequences in certain dimensions of development. It also intends to address the issue of regional development and the aspects of postgraduate studies in the country that deals with the topic. The method for preparing the article occurred through bibliographical research accompanied by the inclusion of some selected indicators related to postgraduate studies in the country. The results show considerations about changes and causal links with Brazilian development, with emphasis on structural changes of an economic, social, political and environmental nature as a response to movements in the global economy.*

**Keywords:** *World Economy; Brazilian Economy, Regional Development*

## INTRODUÇÃO

O artigo teve como propósito refletir sobre as mudanças que ocorreram na economia mundial e na brasileira, e seus desdobramentos em determinadas dimensões do desenvolvimento, como ainda, abordar a questão do desenvolvimento regional e aspectos da pós-graduação no país.

A literatura sobre o desenvolvimento econômico é vasta e mais antiga, no entanto, o desenvolvimento regional como sub área da Economia é mais recente. De forma bem resumida, a inserção externa da economia brasileira data do período em que prevaleceu o Pacto Colonial, etapa do capitalismo mercantil dominada pelos países da Europa – Portugal, Inglaterra, França, Espanha, Holanda, Alemanha, entre outros – no qual, a economia do país era predominantemente agro exportadora e subordinada à Coroa Portuguesa,

Após a 1ª Revolução Industrial, o Brasil enquadrava-se na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) como economia produtora de mercadorias oriundas da agricultura enquanto os países que realizaram a 1ª etapa da mesma passaram a compor o núcleo do capitalismo de centro, produtores de bens advindos da manufatura. Após quatro séculos nos quais a economia brasileira manteve-se sob os ditames da Teoria Ricardiana das Vantagens Comparativas seu desenvolvimento era comandado de fora para dentro. Com a deflagração da Grande Depressão dos anos de 1930, o governo brasileiro ao tomar consciência da vulnerabilidade da economia nacional, deu impulso a um processo de sua modernização através da estratégia de industrialização.

Assim, a economia e a sociedade brasileira vivenciaram ao longo dos últimos setenta anos diferentes conjunturas internas e externas, as quais, por sua vez, desencadearam inúmeras transformações de natureza econômica, social, urbana, política tecno-científica, contudo, concomitantemente, o país também sofreu diversas vicissitudes, nas mais diferentes dimensões e escalas territoriais do seu desenvolvimento.

O artigo baseou-se numa pesquisa bibliográfica, a qual, em síntese, procurou destacar as contribuições de renomados autores nacionais e estrangeiros que se dedicaram ao estudo da problemática pertinente ao Desenvolvimento Econômico e Regional, como também, da contribuição de outras áreas correlatas.

A estrutura do artigo a exceção da sua introdução e das considerações finais, incorporou três seções, a saber: a primeira, abordou o desenvolvimento brasileiro no contexto da economia global destacando as mudanças estruturais que ocorreram no capitalismo central e na economia brasileira. Comentamos

---

determinadas mudanças que se sucederam no país nas dimensões econômica, social/urbana e ambiental. Na sequência, procuramos tecer algumas reflexões em torno da noção de desenvolvimento e do desenvolvimento regional mencionando algumas obras/autores que deram notável contribuição teórica nessas mesmas áreas do conhecimento. A seção subsequente teceu breves comentários sobre os programas de pós-graduação no Brasil com ênfase na área interdisciplinar.

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

---

A construção do artigo deu-se por meio de pesquisa bibliográfica acompanhada da inclusão de alguns selecionados indicadores relacionados à pós-graduação no país. A pesquisa abordou as mudanças que aconteceram na economia global como procurou estabelecer nexos causais com o desenvolvimento brasileiro, destacando resumidamente alterações estruturais de natureza econômica, social, política, ambiental enquanto resposta aos movimentos da economia global. Soma-se a isso, também e, principalmente, as decisões protagonizadas pelo Estado através, das políticas públicas em geral implantadas pelos governos associadas ao importante papel assumido e desempenhado pelos empresariados brasileiros e estrangeiros caracterizando desse modo a opção por uma abordagem híbrida entre os métodos dedutiva-indutivo.

As questões pertinentes ao desenvolvimento e o desenvolvimento regional contou com a contribuição, ainda que, embora sem o devido aprofundamento, de autores que dedicaram-se aos estudos correlatos aos fenômenos do desenvolvimento (econômico e regional) como inclusive daqueles que contribuíram com os estudos teóricos sobre as escalas territoriais, as

teorias da localização, da organização industrial, das estratégias de desenvolvimento, da formação dos polos de crescimento e, também dos estudos pertinentes ao desenvolvimento econômico brasileiro e latino-americano.

De forma bem sucinta incorporamos à pesquisa bibliográfica um seletivo conjunto de indicadores extraídos da CAPES/Plataforma SUCUPIRA relacionados à pós-graduação no Brasil.

### O DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA ECONOMIA GLOBAL

---

Nos últimos sessenta anos (1960- 202), a sociedade brasileira passou por expressivas mudanças de ordem política, econômica, social, ambiental, entre outras. No período compreendido entre os anos de 1964 até 1985, o país viveu sob um regime autoritário protagonizado pela ditadura militar e, daí em diante, restaurou-se a ordem democrática por meio de um regime política pavimentado pelo Estado de Direito.

No que trata da dimensão política do desenvolvimento brasileiro, após pouco mais de duas décadas de vigência de um regime militar autoritário (ditadura de direita) marcada, principalmente pela supressão das liberdades e pela adoção de medidas inconstitucionais praticadas pelo Estado de exceção, o país retomou à democracia com a retomada do Estado de Direito legitimado pelo sufrágio universal. Entretanto, apesar dos avanços alcançados pela democracia brasileira, muito ainda falta a ser conquistado, sobretudo pelo fato do voto ainda constituir-se no principal componente de participação da sociedade civil – embora a mesma possa marcar a sua presença/participação nos Conselhos Municipais, Centros Comunitários e outras formas de organização da sociedade civil. Um fato que caracteriza muito bem a ausência da

participação da sociedade e a decisão/imposição “top to down” foram as reformas Trabalhista e Previdenciária implantadas pelo executivo/legislativo brasileiro. Além disso, não só no Brasil, como também em várias outras partes do mundo, a coexistência pacífica entre o sistema econômico capitalista e o regime democrático tem sido ameaçado em virtude da contaminação do Estado pela bancada financeira e por outras grandes e poderosas organizações empresariais, influenciando e enfraquecendo a própria gestão de governo, notadamente das políticas públicas.

Na economia, a década de 1970 fora caracterizada por uma conjuntura virtuosa, pois, o crescimento econômico alcançou taxas médias superiores aos 7% anuais, todavia, os anos de 1980, considerados a “década perdida” conduziram a economia do país a um quadro de estagnação e inflação persistente, i.e., de estagflação provocada pela crise de endividamento externo, levando o governo central a adotar uma série de medidas destinadas a coibir as importações, estimular as exportações e proteger a indústria nacional da concorrência externa. Tais medidas acabaram provocando a obsolescência da indústria de transformação brasileira comprometendo assim a sua competitividade, além do que, no início da década de 1990, a instabilidade geral de preços provocara a hiperinflação elevando os preços a patamar superior a 2.000% a.a. Assim, a economia do país iniciava a última década do século XX com inúmeras mudanças gestadas pela política macroeconômica com a implantação do Plano Real, entre as quais, destacaram-se: a sobrevalorização da nova moeda brasileira (Real) frente ao dólar americano (R\$/USD), aumento da taxa de juros, elevação das importações e redução das exportações, adoção de severa

disciplina fiscal com a Lei de Responsabilidade Fiscal, entre tantas outras.

Convém acrescentar que após a II Guerra Mundial os países do capitalismo central deram impulso à 3ª Revolução Industrial (Tecnológica) baseada na articulação da engenharia com a eletrônica (mecnatrônica) bem como do emprego das Novas Tecnologias da Informação e de Comunicação (NTICs), além do que, tanto a Ciência e a Tecnologia (C&T) como as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) foram incorporadas ao circuito do capital, aumentando por conseguinte, a competitividade das suas economias. Além do que, vale dizer:

O que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização de excedente engendrado pelo incremento de produtividade (FURTADO, 2002. p.23).

Mesmo porque, com a queda do Muro de Berlim e a dissolução da URSS, deu-se início à 4ª fase da Globalização, razão pela qual a taxa de crescimento do comércio internacional superava o crescimento médio anual do PIB global e a sua composição baseava-se sobretudo nas exportações de mercadorias de maior composição tecnológica e de valor agregado mais elevado.

A partir da década de 1930 ocorrerá a ruptura da economia brasileira com o modelo agroexportador (para fora) dependente da demanda de produtos primários oriunda dos países europeus e a adoção de um novo modelo de desenvolvimento (para dentro) através da estratégia de industrialização apoiado no modelo de substituição das importações. Esse modelo plasmado pela Tríplice Aliança entre o Estado, o capital privado nacional e o capital externo (Evans, 1982), gerou várias transformações de ordem estrutural na economia como: a) na

---

composição setorial do PIB em virtude da redução da participação da agricultura e ampliação da contribuição das indústrias, especialmente a de transformação; b) na redução das importações de bens de consumo, de bens intermediários e de capital; c) na alteração da estrutura de classes sociais através de uma mais ampla e refinada Divisão Social e Técnica do Trabalho (DST) contribuindo para a elevação dos salários e da renda da população mais qualificada. Entretanto, a modernização/industrialização da economia além de não entregar a esperada melhoria da distribuição da renda, acabou provocando sérios desequilíbrios regionais, pois, o valor da transformação industrial (VTI) e, por conseguinte do PIB concentravam-se em apenas duas unidades da federação brasileira, ou seja, no eixo Rio-São Paulo.

O Estado brasileiro ficara responsável pelos investimentos em setores estratégicos de IEA (infraestrutura econômica de apoio), siderurgia, transportes, urbanismo, educação, saúde, etc., enquanto o capital privado nacional assumira a tarefa de desenvolver os setores das indústrias tradicionais e o capital externo coube-lhe preencher o espaço reservado às indústrias dinâmicas. Dito isso, ao final dos anos de 1970, a indústria de transformação brasileira conseguira tornar-se um dos parques produtivos mais amplos e complexos da América Latina, porém, mesmo assim, após uma década de instabilidade econômica (estagflação) e de obsolescência da indústria (1980), a mesma sofreria duro golpe com o advento da globalização e da sua exposição assimétrica à concorrência internacional.

Na esfera social e urbana a quantidade de pessoas em situação de pobreza e indigência somava-se a uma distribuição desigual da renda entre os brasileiros, além do que, com a industrialização acelerada a partir dos anos de 1950, o crescimento populacional combinado

com o êxodo rural, potencializaram expansão imoderada da população urbana, sobretudo nas áreas metropolitanas e nas economias das cidades mais dinâmicas. Diante disso, especialmente nas principais capitais do país como Rio de Janeiro e São Paulo regiões de maior concentração das indústrias de transformação, da estrutura produtiva e da população, agravavam e acumulavam-se os problemas de infraestrutura urbana, notadamente em determinadas áreas caracterizadas pela ausência de esgotamento sanitário, energia elétrica, moradias precárias construídas em terrenos irregulares e em áreas de risco ambiental, cuja população fora deslocada para as áreas periféricas.

A essa situação somava-se à violência crescente, desemprego sobretudo da população jovem, aumento da poluição ambiental agravando os problemas de saúde, os quais em conjunto agravavam e deterioravam as condições de vida das suas populações comprometendo seriamente a qualidade de vida das suas populações mais vulneráveis. O aumento da frota de veículos automotores dado o seu intenso fluxo provocava constantes e enormes congestionamentos, isso sem contar o aumento da produção industrial que contribuíam para o aumento da poluição ambiental e sonora (RATTNER, 1974).

Outra questão deveras relevante diz respeito ao imoderado aumento do número de cidades registradas pelos Censos Demográficos (IBGE), haja visto que, no ano de 1950 foram apuradas 1.887 cidades em todo o território nacional, conquanto em 2010 esse número elevava-se ao total de 5.565 e a população urbana saltou de 16.278.109 para 143.792.645 milhões de pessoas. No entanto, concomitante à redução da população residente nas cidades de pequeno porte, em sentido oposto aumentava o número de habitantes residentes nas aglomerações

urbanas de médio e de grande portes. Assim, como a maioria das cidades são de pequeno porte e as mesmas não são dotadas de arrecadação tributária própria suficiente, dependem sobremaneira dos recursos financeiros transferidos pela União e pelos estados regionais. Ademais, esses centros locais, via de regra, não são dotados de comércio diversificado, estrutura produtiva em boa medida dependente da atividade agropecuária, são carentes de equipamentos e profissionais de saúde, entre outros, tais como inexistência de instituições de ensino superior, e em alguns casos até de agências bancárias, induzindo dessa forma as populações ali residentes, a se deslocarem periodicamente para os centros/áreas mais dinâmicas/desenvolvidas, isso sem contar com a possibilidade da sua migração para essas localidades.

Em relação à questão ambiental, é deveras preocupante a situação da disponibilidade-captação-distribuição e consumo de água potável no país, visto que, concomitante à expansão do consumo urbano, grande parcela das exportações do país concentra-se em commodities minerais e agrícolas, atividades que demandam elevado consumo desse recurso hídrico. Não menos importante, soma-se a isso as mudanças climáticas, o desmatamento da Amazonia e de outras áreas, que com certeza exercem e exercerão impacto negativo na produção agrícola, que por sua vez comprometerá indubitavelmente os preços dos produtos alimentícios como também a segurança alimentar, especialmente as populações mais carentes. O aumento da população urbana, automaticamente amplia a produção de lixo residencial, comercial, industrial e hospitalar requerendo desse modo a expansão física de áreas destinadas ao seu armazenamento.

Convém assinalar também, que um dos traços marcantes do desenvolvimento brasileiro diz

respeito à sua descontinuidade, como inclusive e, principalmente, ao seu caráter concentrador da renda, da desigual distribuição geográfica das atividades produtivas e da sua população que se somam à desigualdade de oportunidades, de gênero, de raça, de direitos o que nos leva a indagar o que perguntara Furtado (2002):

houve desenvolvimento no Brasil? Não. O Brasil não se desenvolveu; modernizou-se. O desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada (FURTADO, 2002, p.21).

Por sua vez, vale assinalar que o problema do desenvolvimento envolve também a relação espaço-tempo (Santos, 1999), pois, segundo ele, existem espaços de velocidade e espaços de lentidão, posto que, enquanto os primeiros caracterizam-se pela intensidade e velocidade dos fluxos, de pessoas, de mercadorias, de capitais, de maior articulação com o global, os segundos, são exatamente o oposto. Além disso, enquanto determinados espaços se modernizaram e continuam se modernizando em virtude da incorporação de novas e avançadas tecnologias, outros são arcaicos, configurando dessa forma estruturas sociais/econômicas duais.

Importa-nos ainda observar que, enquanto o mundo estava dividido ideologicamente entre países capitalistas/democráticos e países socialistas/ditatoriais, havia uma polarização entre EUA/URSS e com a queda do Muro de Berlim e do desmembramento da Rússia, a dialética marxista dissolveu-se, pois o sistema econômico capitalista assumiu a posição de síntese. Até por volta dos anos 1970, o Planejamento Governamental do prazo mais dilatado ainda ocupava espaço na agenda de alguns governos – como fora o caso do Brasil. Entretanto, a década de 1980 inaugurou uma nova etapa do capitalismo de centro com a derrocada das políticas Keynesianas e surgimento

---

da corrente neoliberal e do novo padrão de acumulação de capital protagonizado pela globalização e pela Terceira Revolução Industrial, enquanto o planejamento de prazo mais longo, fora substituído pelas políticas conjunturais de curto prazo. Ademais, uma das recomendações da corrente neoliberal, defendidas pelo Consenso de Washington apoiava-se na imperiosa necessidade de maior disciplina fiscal e de redução da relação dívida/PIB. Não seria enfadonho (re)afirmar que no caso do Brasil, a progressiva elevação da Dívida Interna Pública do Governo Geral alcançou valores e percentuais elevadíssimos, obrigando o governo central a transferir somas vultuosas de recursos financeiros, sobretudo para o setor financeiro, refletindo desse modo de forma negativa na alocação de recursos para as políticas públicas.

Outro ponto importante a ser comentado relaciona-se ao fato de que com a promulgação da Constituição de 1998, os municípios passaram a se responsabilizar pela promoção do desenvolvimento local, contudo, a distribuição dos recursos financeiros provenientes da arrecadação de impostos denota desigual repartição entre os entes federativos, pois, a maior parcela fica com a União e os estados regionais e a menor para os municípios.

Por sua vez, com a consolidação da estabilidade geral dos preços advinda do plano (Real), a economia do país retomou o crescimento econômico – embora à taxas inferiores aos anos de 1970 – ampliou as suas exportações, ainda que, com o ciclo de expansão dos preços internacionais e da demanda por commodities (agrícolas e minerais) as exportações de produtos básicos aumentaram e a de manufaturados diminuiu caracterizando a sua reprimarização, concomitante ao processo de desindustrialização da e de servitização da economia brasileira. Entretanto, apesar dos reveses sofridos pela

economia e pela indústria nacional, alguns avanços significativos foram obtidos na dimensão social, principalmente quanto a redução do número de pessoas em situação de pobreza e indigência. Apesar dos inúmeros problemas brasileiros ainda não resolvidos, a partir da primeira década do século XXI, o desenvolvimento passou a ocupar espaço no debate político e acadêmico, sobretudo no que tange ao desenvolvimento regional.

### REFLEXÕES EM TORNO DA NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

---

Admitimos a priori compreender o desenvolvimento, assim como o espaço, como um fenômeno de totalidade não total no curso de uma totalização posto que, segundo Santos:

O processo pelo qual o todo se torna um outro todo é um processo de desmanche, de fragmentação e de recomposição, um processo de análise e de síntese ao mesmo tempo (SANTOS, 1999. p.97).

O mencionado autor citando Sartre argumentara:

A Totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização, [...]. Assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se (SANTOS, 1999, p.96).

Ademais, devemos compreender que esse fenômeno, i.e., o desenvolvimento, é um fenômeno multiescalar, ou seja, compreende várias abrangências territoriais e ainda é um fenômeno multidimensional, haja visto que, articula-se com diferentes áreas do conhecimento, logo é também interdisciplinar.

Podemos em termos de escalas territoriais compreendê-lo segundo a figura:



Assim, essa disposição retrata a existência de uma hierarquia, visto que, os níveis territoriais indicam o seu respectivo grau de abrangência e influência sobre os demais e, os mesmos – salvo os casos excepcionais – estão devidamente articulados entre si respondendo dessa maneira por maior/menor dependência e subordinação. Por sua vez, variada ordem de fatores como a economia global/nacional, as diferentes dinâmicas territoriais, as políticas macroeconômicas internas/externas, inovações de caráter tecno-científico, fenômenos climáticos e de saúde pública, entre outros, via de regra desencadeiam com variados gradientes de intensidade e abrangência efeitos deletérios em muitos casos nas diferentes dimensões do desenvolvimento estimulando maior resiliência em certas localidades ou, até mesmo maior resistência em outras.

Diante disso, é proveitoso assinalar que:

As mudanças recentes nas hierarquias espaciais sinalizam para uma visão mais dinâmica do papel dos territórios locais nas ciências humanas e sociais[...]. [...] Trata-se de uma mutação geopolítica maior das condições de produção, de competência e de interdependência. Se na escala superior comprovamos a criação ou o reforço dos

blocos econômicos (no começo principalmente como mercado comuns, e logo evoluindo para espaços políticos e economicamente unidos), na escala mais baixa, com a descentralização do Estado, nota-se a busca por um reforço das unidades territoriais regional e local (PIRES, 2007, p.156).

Não seria repetitivo enfatizar que não faz muito tempo que o sistema econômico capitalista deixou de ser virtuoso para tornar-se virtual, dado o peso que o sistema financeiro global passou a representar para a economia global, tanto que, em alguma medida, a majoração dos preços internacionais das commodities agrícolas deveu-se aos movimentos especulativos nas bolsas de mercadorias. A crise de 2008 cujo epicentro foi mais uma vez a bolsa de Wall Street em New York deflagrou grave movimento de contração da economia global como também dos empregos. Com a globalização das economias e dos mercados, principalmente do financeiro, a volatilidade da economia mundial tem sem margem de dúvida contribuído para a sua maior instabilidade cuja tendência é de provocar crises econômicas mais frequentes.

Ora, diante dessa nova ordem mundial marcada sobretudo pela ascensão da China à condição de potência mundial e do enfraquecimento do poderio industrial dos EUA, as relações econômicas/comerciais entre as diferentes escalas territoriais provavelmente poderão implicar em crescimento/desenvolvimento mais acelerado de certas áreas em detrimento da desaceleração/estagnação em outras.

Em respeito ao desenvolvimento regional pode-se dizer que ele:

[...] compreende uma análise de fatores sociais e econômicos no interior de uma região, fatores que compõem a mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações. Tais fatores, quando bem



---

empregados em uma determinada região, podem reduzir ou acelerar as desigualdades regionais. O desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômico, cultural e político. Essas transformações são questões centrais para se entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região (OLIVEIRA, 2019, P.1).

O conceito de transformação utilizado pela economia deriva da sua incorporação proveniente da biologia, tendo em vista que: na biologia significa a passagem de um organismo vivo de um estágio inferior para um estágio superior definitivo, conquanto na economia o mesmo se aplica para explicar a transição de uma economia arcaica/atrasada para uma economia moderna/desenvolvida.

Ainda que não haja uma definição exata e definitiva do desenvolvimento regional, podemos compreendê-lo como [...] um processo histórico desigual no tempo e no espaço[...]ele pode se apresentar de forma concentrada, formando os polos de crescimento, pois a dinâmica do capital tende a atrair fatores de produção crescendo mais rapidamente, enquanto regiões com problemas estruturais perdem populações e capitais. Logo, o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo, mas aparece com intensidades variáveis em pontos diferentes e se propaga no conjunto da economia, criando, assim, as chamadas desigualdades regionais (OLIVEIRA, 2021, p.216).

Sob o aspecto teórico, apenas a título de menção destacamos algumas das principais contribuições relacionadas às temáticas do Desenvolvimento Econômico e do Desenvolvimento Regional e seus respectivos autores como: Weber(1929) e a questão da localização industrial ; Isard (1962) e seus estudos sobre os” Métodos de Análise Regional”; Marshall (1982) com a obra” Princípios de Economia,” especialmente contribuição em

relação à Organização Industrial e a localização de determinadas indústrias especializadas. Importante mencionar também Christaller (1933) e a” Teoria dos Lugares Centrais,” Von Thunen (1826) e os seus estudos sobre a localização das atividades econômicas; Douglas North (1977) e a “Teoria da Base Exportadora”; Isard (1962) Furtado (2009) em” Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”. Contribuição também importante fora dada por Hirschman (1958) e “A estratégia de desenvolvimento econômico” destacando os efeitos de encadeamento (linkage effects, backward e forward linkages) por ele descritos. Acrescentamos ainda Myrdal (1958) e o fenômeno da” Causação Circular Cumulativa ou do Círculo Vicioso da Pobreza”; Perroux (1977) e o desenvolvimento baseado nos Polos de Crescimento/Desenvolvimento. Menciona-se também Becker (2000) e o” Desenvolvimento Local-Regional”; Santos (1999) em a” Natureza do Espaço técnica e tempo”; Tavares (1998) em sua Tese doutoral sobre” Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil”; Cano (1985) e o estudo sobre os” Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil”; Brandão (2007) e a obra intitulada “Território & Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Não seria justo não incluir entre tantas outras publicações as contribuições de Bresser-Pereira (2003) “Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula; a síntese do pensamento Cepalino em Bielschowsky (2000) em “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL; como a inclusão de Haddad (1989) “Economia Regional: teorias métodos de análise”; Cardoso e Faletto (1970) “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”; Cardoso de Mello(1998) em sua Tese intitulada “ O Capitalismo Tardio” que examinou a formação e o desenvolvimento da economia brasileira; e, finalmente, o trabalho premiado no

estado de São Paulo de Queiróz Ablas (1985) – Estudos Econômicos FIPE – “ Intercâmbio Desigual e Subdesenvolvimento Regional no Brasil.

Retomando aos aspectos conceituais, Oliveira (2021) mencionando Perroux (1955) assinalara que:

[...] desenvolvimento regional é em si multi e interdisciplinar. A concepção do desenvolvimento remonta ao início dos anos 60. Com os estudos de Perroux (1955). Para ele, o desenvolvimento era uma mudança social e mental que conduziria ao crescimento econômico e a melhorias nas condições de vida[...] (OLIVEIRA, 2021, p.207).

Outro aspecto relevante pertinente ao desenvolvimento relaciona-se à importância atribuída às escalas territoriais, haja visto que:

{...} as escalas geográficas de poder e gestão caracterizam um procedimento metodológico que contribui para a compreensão da dinâmica territorial do desenvolvimento. Esta metodologia permite observar como os atores locais/regionais – sociedade civil, Estado, e mercado – articulam-se entre si e com as demais escalas de poder e gestão, com vistas à promoção do desenvolvimento de seu território. Considerar-se a existência de diferentes escalas atuantes em determinado território, possibilita a compreensão da densidade e da complexidade oriunda da multiplicidade de poderes neles existentes e atuantes (RUCKERT; RAMBO, 2008, p.100).

Convém ainda enfatizar que a organização e administração territorial do Brasil obedece às seguintes divisões: 1) Município; 2) Regiões como o Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste; 3) Micro e Mesorregiões; 4) Regiões de Bacia Hidrográfica. No caso do estado de São Paulo, a sua divisão territorial baseia-se nas escalas: municipal; microrregional (regiões administrativas e de governo), mesorregional; aglomerações

urbanas etc. Para um exame mais detalhado consultar o estudo “Regiões de Influência das Cidades” do IBGE.

Uma outra observação importante diz respeito à dicotomia entre a micro e a macroeconomia, pois, o desenvolvimento é tratado como um fenômeno macroeconômico, enquanto entre os objetos de estudo da microeconomia que também se relacionam ao desenvolvimento econômico estão a Economia Industrial e a Teoria da Firma.

Assim, apesar da literatura sobre o desenvolvimento local/regional atribuir importante papel ao empreendedor inovador – conforme já havia sido mencionado por Schumpeter – cabe-nos pensar sobre o que pode ocorrer caso ele introduzir inovações (através do desenvolvimento de novos produtos e processos, novos materiais, novas fontes de matérias-primas; participação em novos mercados e/ou ampliação do market share em mercados tradicionais).

Acontece que se as inovações não forem disseminadas para outras firmas/setores e se a introdução de novas tecnologias no processo de produção reduzir a força de trabalho e provocar desemprego estrutural, o fruto das inovações limita-se apenas ao aumento das receitas e dos lucros da própria firma, contribuindo, por sua vez apenas a firma para, acelerar o seu ritmo de acumulação de capital e de crescimento, sem, contudo, que ambos beneficiem a localidade como um todo.

Acrescenta-se ainda, o fato de que a decisão empresarial de investir, quer seja na ampliação da capacidade de oferta, na modernização, na reposição do capital físico; na qualificação fator humano e/ou ampliação do emprego, depende: a) da expectativa de expansão da demanda futura, como do crescimento da economia de modo a evitar acúmulo de capacidade ociosa; b)

do retorno do investimento realizado ex ante c) da taxa de juros praticada pelo mercado (GUIMARÃES, 1987).

Com o objetivo de promover o desenvolvimento regional adotou-se como instrumento de ação no âmbito do governo Federal a Política Nacional de Desenvolvimento Regional” ( PND R) – instituída pelo Decreto nº9.810 de 30 de Maio de 2019 – que tinha:

[...] por finalidade a redução das desigualdades econômicas e sociais intra e inter-regionais, mediante a criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Do mesmo modo que o desenvolvimento como objetivo de Política Pública foi incluído na agenda dos governos – federal, estadual, regional e local – o tema, do ponto de vista acadêmico incorporou-se tanto no debate como, principalmente ainda ganhou representatividade nos programas de pós-graduação.

### BREVES COMENTÁRIOS SOBRE OS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINARES NO BRASIL

No Brasil, segundo as estatísticas da CAPES/Plataforma Sucupira, registrou-se um total de 4.500 programas de pós-graduação, entre Mestrado e Doutorado Acadêmico e Profissional, dos quais, 1.112 são em Mestrado Acadêmico; 71 em Doutorado Acadêmico; 713 em Mestrado Profissional e 04 em Doutorado Profissional somando 2.497 em ME/DO(Mestrado/Doutorado) acadêmicos e 99 na área profissional.

Na área Interdisciplinar de um total de 363 programas, 113 eram em MA e 09 em doutorado, na área profissional, registrou-se 80 em Mestrado

e apenas 02 em Doutorado. Em respeito aos programas de Mestrado por grau, na área Multidisciplinar a quantidade aumentou de 117 em 2008 para 274 em 2022.

Segundo o status jurídico, o total de programas ficara assim distribuído:

	2008	2022
Federal	1.380	2.706
Estadual	647	1.043
Particular	522	808
Municipal	18	35

Fonte: CAPES/Plataforma SUCUPIRA, elaborada pelos autores

Quanto ao número de discentes nos Mestrados Acadêmicos na área Interdisciplinar entre Titulados e Matriculados contabilizou-se:

	2008	2022
Titulados	33.360	45.294
Matriculados	88.295	142.697

Fonte: CAPES/Plataforma SUCUPIRA, elaborada pelos autores

Já na área multidisciplinar, foram apuradas as seguintes quantidades:

	2008	2022
Matriculados	6.535	19.162
Titulados	2.387	6.263

Fonte: CAPES/Plataforma SUCUPIRA

Em linhas gerais, os programas de pós-graduação no ano de 2022 no Brasil, apresentavam sob a perspectiva da sua distribuição entre os estados da federação a seguinte composição: 1) de 188 até 914 programas localizavam-se nos estados de RS; PR; SP; RJ; MG; BA ; 2) de 114 até 187 nos estados de SC; DF; PA; CE; RN; PE; 3) de 46 até 113 no MS; MT; ES; SE; MA; AM; e finalmente 4) de 1 até 45 nos estados do AC; RO; RR; AP; TO; PI; e AL. Diante dessa constatação percebe-se nitidamente que até no âmbito da Educação Superior, especialmente em relação aos programas de pós-graduação no país, o caráter concentrador do desenvolvimento brasileiro retrata as matizes da desigualdade ainda prevalentes no âmbito regional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora sem o requerido aprofundamento, examinamos os movimentos da economia brasileira vis-à-vis às mudanças incitadas pelo capitalismo avançado, i.e., pelas nações industrializadas e desenvolvidas integrantes do nominado Primeiro Mundo. Por sua vez, procuramos evidenciar os problemas enfrentados pelo Brasil em decorrência da sua condição de colônia subordinada aos interesses da Coroa Portuguesa, e das dificuldades /limitações por ele enfrentadas devido a sua situação de atraso – subdesenvolvimento -dependência frente aos avanços alcançados pelas economias que consolidaram as três primeiras revoluções industriais e, portanto, obtiveram elevado desenvolvimento.

Não bastassem as modificações engendradas pelas economias desenvolvidas e pela instabilidade da economia global -- a exemplo das crises de 1929, das falências das empresas high-tech( empresas .com)no ano de 2000 e recentemente pela crise global provocada pelos

títulos subprime --, o Brasil, fora induzido também e, principalmente por fatores de ordem interna como a crise de endividamento externo no início dos anos de 1980, da instabilidade provocada pela inflação crônica e persistente a adotar através de um elenco variado planos econômicos em boa medida mal sucedidos.

Apesar da ocorrência de todos esses eventos, entre tantos outros, não seria enganoso assinalar que o desenvolvimento brasileiro “ lato sensu “, ao invés de experimentar uma trajetória linear/contínua, ao contrário é plasmado pela alternância/descontinuidade entre avanços e retrocessos.

Levando em consideração os argumentos expostos o artigo procurou enfatizar determinados aspectos do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento regional e das escalas territoriais, cuja intensão foi senão assinalar as diferentes dimensões incorporadas à literatura pela Teoria do Desenvolvimento que, além da dimensão econômica agregou as dimensões; social, política, humana, ambiental, tecno-científica etc. Além disso, destacamos a relevância dada às escalas territoriais por meio da sua hierarquização e das relações de subordinação e de interdependência entre elas destacando sobretudo o importante papel assumido pelo local.

Em complemento ao que foi apresentado, destacamos a que concomitante à recuperação do tema “Desenvolvimento “tanto como objetivo de política pública como no espaço acadêmico através da produção intelectual, do debate e da sua inclusão nos programas de pós-graduação no país.

---

## REFERÊNCIAS

---

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. Acumulação e Crescimento da Firma: Um estudo de Organização Industrial. – Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

OLIVEIRA, Nilton Marques. Revisitando algumas teorias do Desenvolvimento Regional. – Toledo/PR: UNIOESTE: Informe GEPEC, v.25, n.1, jan./jun. 2021 <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>

\_\_\_\_\_. Algumas considerações sobre o Desenvolvimento Regional. – Santa Cruz do Sul, RS: IX Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional; Processos, Políticas e Transformações Territoriais, setembro de 2019. <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/a...>

PIRES, Elson L.S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. – Campo Grande, RS:INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Vol.8, N.2, 2007. <https://doi.org/10.20435/interacoes>

FURTADO, Celso. Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea. – São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. – 3ª edição – São Paulo: Hucitec, 1999.

RAMBO, Anelise Graciele; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Desenvolvimento territorial e escalas geográficas de poder e gestão: o caso da Cooperacana, Porto Xavier-RS. -- Florianópolis, SC: GEOSUL: UFSC – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. <https://periodicos.ufsc.br/index.php>

CAPES – Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal: Plataforma SUCUPIRA/ Dadas Estatísticos. <https://sucupira-v2.capes.gov.br/>